

Novo crédito dependeria do "waiver" do FMI

por Reginaldo Heller
do Rio

O presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, esclareceu, na última quarta-feira, que as condições do empréstimo de US\$ 1,5 bilhão ainda não estão definidas. A notícia deste empréstimo, que Langoni prefere não caracterizar como "jumbo", vem sendo sistematicamente corrigida pelas próprias autoridades monetárias, deixando claro, portanto, que, de fato, ele ainda não teve contornos definidos com o grupo de ligação — bancos credores que estão coordenando a renegociação da dívida externa brasileira.

Na verdade, esta operação constava da bagagem de Langoni quando viajou recentemente aos Estados Unidos para negociar os critérios de avaliação do déficit público no primeiro trimestre do ano com os técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI). Pretendia ele, naquela ocasião, formalizar o pedido ao grupo de ligação, obtendo, no entanto, a resposta de que, embora comprometido ainda em fevereiro deste ano, ele somente poderia ser acertado com o "waiver" do FMI.

A intenção do Banco Central era de obter um empréstimo diretamente junto aos bancos internacionais e repassá-lo às agências dos bancos brasileiros no exterior para sanar o aperto de liquidez que atravessam no mercado interbancário. Langoni voltou a explicar, na última quarta-feira, que a solicitação do empréstimo não foi, ainda, formalizada, devendo ocorrer somente após a concordância do FMI às novas medidas de ajustamento econômico. Também afirmou que não se trata, necessariamente, de um empréstimo de longo prazo — o prazo ainda não foi definido — nem se de fato se vai destinar a cobrir a diferença persistente no mercado interbancário, podendo, portanto, ser dirigido ao projeto 3 (crédito comercial) ou diretamente para o fluxo de caixa.

O presidente do Banco Central esclareceu, ainda, que a tendência desenvolvida no exterior, especialmente pelo presidente do Federal Reserve dos Estados Unidos (o banco central de lá) para reformular inteiramente o programa de coordenação do refinanciamento da dívida externa brasileira, é vista com reservas. A criação de um "steering committee", uma espécie de comitê formal de coordenação, parece descartada, admitindo-se, tão-somente, um aperfeiçoamento do esquema montado, com a integração de novos bancos, especialmente pequenos e regionais, no comitê de ligação.